

Mencionados: Secretária de Estado da Saúde, Instituto Butantan e Fundação Butantan.

Interessados: Jean Carlo Gorinchtey, Secretário de Estado; Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan; Rui Curi, Diretor-Executivo da Fundação Butantan.

Assunto: Ofício nº 2467/2020 - EXPPGJ, de 13 de janeiro de 2021. Processo SEI nº 29.0001.0151818.2020-39 - IC nº 14.0695.0000641/02/2020-6. Assunto: encaminha Ofício nº 1847/2020 - 7ª PI, de 16 de dezembro de 2020, solicitando informações sobre eventual instauração de procedimento para apuração de irregularidades no processo de inexistência de licitação e respectivo contrato firmado com a empresa Sinovac Life Science. Subscrito pelo Promotor de Justiça, Dr. Christiano Jorge Santos.

Com o fito de definir responsabilidades, especialmente diante do teor do documento inscrito no evento 60, notifico o Diretor-Presidente da Fundação Butantan, a fim de deduzir alegações de interesse a respeito da matéria abrangida no processo em epígrafe, no prazo de 10 (dez) dias, com atualização sobre as tratativas empreendidas junto à empresa Sinovac Life Science visando a delimitar a abrangência do alegado sigilo das informações pertinentes ao contrato que objetiva a produção das vacinas contra a SARS-CoV-2 (Covid-19).

Publicuse-se.

Processos: TC-010111.989.21-6 e TC-010722.989.21-7

Representantes: José Otávio Barbosa e Cavo Serviços e Saneamento S/A

Representada: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA. Responsáveis: José Nazareno Zeze Gomes (Prefeito Municipal) e Ieda Manzano de Oliveira (Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas).

Advogados: Natalia Scarano da Silva Cerqueira (OAB/SP 186.359). Valéria Hadlich Camargo Sampaio (OAB/SP 109.029). 186.0359 Barbara (OAB/SP 244.870). Daniele Vieira de Sousa Magalhães (OAB/SP nº 399.730).

Objeto: Representações contra a Concorrência Pública nº 04/2021, Edital nº 76/2021, Processo Administrativo nº 750/2021, da Prefeitura Municipal de Hortolândia, que objetiva a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços constantes do "SISTEMA INTEGRADO DE LIMPEZA PÚBLICA", com fornecimento de todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessária.

Assunto: Pedido de dilação de prazo formulado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA.

Devido prorrogação de prazo por 05 (cinco) dias, nos termos requeridos pela municipalidade.

Publicuse-se.

## DESPACHOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-011472.989.21-9 REPRESENTANTE: EULÁLIA NOGUEIRA MOTA (CPF 077.101.816-94) OAB/SP 422.871 REPRESENTADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARAPUÍ (CNPJ 46.634.341/0001-10) ASSUNTO: Despacho de apreciação em face de representação formulada contra termos do edital da Tomada de Preços nº 03/2021, certame promovido pela Prefeitura Municipal de Sarapuí com propósito de tomar serviços técnicos de assessoria e consultoria nas áreas de compras, licitações, contratos administrativos, terceiro setor, recursos humanos, patrimônio, planejamento e controle interno. Eulália Nogueira Mota, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 422.871, impugnou termos do edital da Tomada de Preços nº 03/2021, certame promovido pela Prefeitura Municipal de Sarapuí com propósito de tomar serviços técnicos de assessoria e consultoria nas áreas de compras, licitações, contratos administrativos, terceiro setor, recursos humanos, patrimônio, planejamento e controle interno. Em síntese, questionou os seguintes aspectos: a) limitação indevida à apresentação de proposta de capacidade técnica emitidas apenas por pessoa jurídica de direito público, não admitindo atestados subscritos por pessoa jurídica de direito privado, em desacordo com a Súmula nº 24 deste E. Tribunal (item III.b); b) excesso na fixação de parcelas de maior relevância técnica, por envolver a totalidade dos serviços previstos no objeto e indicar funções estranhas ao conteúdo da futura obrigação, com atuação anterior nas áreas de orçamento e finanças, contrariando o disposto no § 2º do art. 20 da Lei de Licitações e a Súmula nº 23 desta E. Corte (item III.b.1); c) aglutinação indevida de atividades sem afilidade entre si, a exemplo da assessoria e consultoria em licitações e recursos humanos, em destinação ao previsto no inciso IV, do art. 15 e § 1º, do art. 23, ambos da Lei nº 8.666/93; d) ausência de informações a respeito da demanda (parceres, processos em andamento, etc.), indispensáveis para elaboração da proposta comercial; e) vedação desarmada à apresentação de impugnação por meio eletrônico (Itens 15.2 e 15.3); e, f) atribuição irregular de pontos na proposta técnica por profissionais inscritos no CRC – Conselho Regional de Contabilidade e CRA – Conselho Regional de Administração, posto que o objeto licitado não comportasse relação direta com as atividades de contabilistas e administradores (Itens 6.2.1.a e 6.2.1.b). Requeire a suspensão da licitação e ulterior retificação do texto convocatório. Inicialmente instruída com a documentação prevista no Regimento Interno deste E. Corte, incluindo o instrumento convocatório, que prevê o recebimento das propostas no próximo dia 18 de maio, às 9h00. A princípio, observo que as críticas cláusulas de habilitação aparentemente vão de encontro com o disposto na legislação de regência e orientação jurisprudencial sumulada deste E. Tribunal, daí porque reputo como sendo de rigor a sustação cautelar do certame para evitar lesão irreversível à ordem legal. Aguardo a intimação sob o rito do Exame Prévio de Edital. Assim sendo, assino à autoridade competente o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que tome conhecimento da representação, encaminhando cópia integral do instrumento convocatório e de eventuais justificativas de interesse a propósito dos aspectos impugnados e demais constâncias da presente decisão. Apresentados os esclarecimentos ou decurso o prazo sem ação da interessada, manifeste-se a Assessoria Técnica. Após, vista regimental do a. MPC, retornando por SDG. Ao Cartório para providências.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00010828.989.21-0 REPRESENTANTE: ANDRÉ SANTANA NAVARRO ADVOGADO: ANDRÉ SANTANA NAVARRO (OAB/SP 300.043) REPRESENTADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA ADVOGADOS: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) ASSUNTO: Representação visando ao Exame Prévio de Edital da Concorrência Pública nº 001/2021, Processo Administrativo nº 4865-8/2020, da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de

materiais e mão de obra, para a execução da Estação Terceira de Tratamento de Esgoto do Sistema EM EM EXAME: Pedido de prorrogação de prazo para encerramento de fatos por Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 73.4), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00000849.989.21-5 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA PREFEITO: ESTANISLAU STECK ADVOGADO: REGIS AUGUSTO LOURENÇO (OAB/SP 226.733) ASSUNTO: Prefeitura Municipal de Louveira. Acompanhamento Especial Covid-19. Exercício de 2021. EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-03 PROCESSO PRINCIPAL: 6858.989.20-5 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 71.2), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00000930.989.21-5 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS ADVOGADOS: JUIO CESAR MARIANI (OAB/SP 143.303) / RICARDO HENRIQUE RUDNICKI (OAB/SP 177.566) / LUIZ RICARDO ORTIZ GARTORELLI (OAB/SP 248.543) PREFEITO: DARIO JORGE GILO SAADI ADVOGADOS: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) ASSUNTO: Acompanhamento Especial – Covid-19 - Exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-07 PROCESSO PRINCIPAL: 7328.989.20-7 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 71.6), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00000992.989.21-0 INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA PREFEITO: JOSUÉ SILVEIRA RAMOS ASSUNTO: Acompanhamento especial - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: DF-07 PROCESSO PRINCIPAL: 7280.989.20-3 Dos apontamentos feitos pela fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 55.4), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00001484.989.21-5 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI PREFEITO: IGOR SOARES EBERT ASSUNTO: Acompanhamento Especial COVID 19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: DF-05 PROCESSO PRINCIPAL: 7264.989.20-3 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 46.4), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00001587.989.21-1 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGI PREFEITA: ANGELA MARIA BUSNARDO ASSUNTO: Acompanhamento especial - Covid-19 exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-13 PROCESSO PRINCIPAL: 7128.989.20-4 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 23.13), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00001685.989.21-2 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BDA VISTA PREFEITA: MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA ADVOGADOS: FILIPE DE FREITAS RAMOS PIRES (OAB/SP 298.589) / RODRIGO ANTONIO DO PRADO (OAB/SP 351.459) ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-19 PROCESSO PRINCIPAL: 7238.989.20-6 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 64.15), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00001865.989.21-4 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRAS PREFEITO: MARCOS BUZETTO ADVOGADOS: DANIELA FRANCINE TORRES (OAB/SP 202.802) / JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136)

ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-10 PROCESSO PRINCIPAL: 71.989.21-0 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 73.4), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00001901.989.21-0 INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO PREFEITO THIAGO SILVEIRO DA SILVA ADVOGADOS: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771) / THIAGO ALBERTO FREITAS VARIAS (OAB/SP 422.843) / BARBARA SANCES ESTEVES (OAB/SP 444.821) ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19. EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-10 PROCESSO PRINCIPAL: 7001.989.20-1 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 77), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00002284.989.21-7 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA PREFEITA: ANA LUCIA BILARD SICHREL ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19 EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-14 PROCESSO PRINCIPAL: 6999.989.20-5 Dos apontamentos feitos pela fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de Abril/2021 (evento 62.5), dou ciência aos interessados acima nomeados e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/11, bem como da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00003462.989.20-3 INTERESSADOS: CAMARA MUNICIPAL DE FLORIDA PAULISTA ADVOGADA: MAYLA FURLANTE OLIVEIRA (OAB/SP 356.494) THIAGO VENCESLAU COSTA (OAB/SP 356.494) CAMARÁ A ÉPOCA ADVOGADO: VANDERLEI ISABEL BIAZINI (OAB/SP 342.440) ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-18 Eventos 23.1 e 32.1. Defiro os pedidos formulados respectivamente pela Procuradora Jurídica e pelo ex-Presidente da Câmara Municipal de Flórida Paulista, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00003478.989.20-9 INTERESSADOS: CAMARA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CESAR PRESIDENTE DA CAMARA: LUIZ HENRIQUE ALVES CRUZ JUNIOR ADVOGADO: DANIEL FRANCO FERREIRA DE ANDRADE (OAB/SP 215.107) ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-02 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tomem conhecimento do Relatório anexo, sob o número 18.13 (evento 18.13), e das alegações que forem de seus interesses dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00004453.989.21-2 ÓRGÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS UNICAMP (CNPJ 46.068.425/0001-33) ADVOGADO: FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO (OAB/SP 210.899) / LIVIA RIBEIRO DE PADUA DUARTE (OAB/SP 317.158) INTERESSADOS: MARCELO KNÖBL (CPF 032.487.608-42) ASSUNTO: Acompanhamento especial - Covid-19 - exercício 2021 - Unicamp EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: UR-03 PROCESSO PRINCIPAL: 2615.989.21-7 Dos apontamentos feitos pela Fiscalização no Relatório de Acompanhamento Especial – COVID – referente ao mês de abril de 2021 (evento nº 75.4), dou ciência aos interessados, acima nomeados, e alerto-os para a regularização das falhas apontadas, sob pena de aplicação de multa por descumprimento das Leis Federais nº 13.979/20 e nº 12.527/2011 e da Lei Complementar Federal nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131/2009, no caso de falta de providências ou reincidência. O conteúdo deste despacho não implica abertura do contraditório ou a necessidade de apresentação de justificativas, porquanto a Fiscalização terá notícias da regularização ou não das falhas ora ocorridas.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00005072.989.18-8 INTERESSADOS: CAMARA MUNICIPAL DE IBIRAREMA PRESIDENTE DA CAMARA: REINALDO DE OLIVEIRA ADVOGADOS: ALEXANDRE MASSARANA DA COSTA (OAB/SP 271.883) / RENATA ENJOYOGI CARIA (OAB/SP 374.278) ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2018 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-04 Após regular notificação e apresentação de esclarecimentos da Origem no evento 49.1, o duto MPC suscitou questão referente à devolução dos recursos judiciais sobre o contrato no Relatório de Fiscalização (item B.1.1, f.3, evento 12.14), configurando possível ausência de adequação planejamento orçamentário, em obsequio ao artigo 30 da Lei Federal nº 4.320/64 e ao caput, do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual, entretanto, não constou da conclusão do Relatório da Fiscalização (evento 12.14). Sendo assim, acolho a proposta do d. MPC (evento 71.1) e notifico os interessados acima nomeados para apresentarem justificativas sobre o contrato no Relatório de Fiscalização (item B.1.1, f.3, evento 12.14), no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, em homenagem ao contraditório e à ampla defesa. Ao Cartório.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00005173.989.21-8 INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / IATIANA BARONNE COSTA (OAB/SP 228.489) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) / GABRIELA MACEDO DINIZ (OAB/SP 317.849) / CAMILA APARECIDA DE PADUA DIAS (OAB/SP 331.745) / FABIO JOSE DE ALMEIDA DE ARAUJO (OAB/SP 398.760) / JOICIMAR RAMOS MOURA (OAB/SP 408.328) / KAREN SILVA DO BONFIM (OAB/SP 410.314) / ANA CAROLINA GOMES MORAES (OAB/SP 415.242) / AGATHA ALVES DE ARAUJO (OAB/SP 418.902) / CARACAS ALVES DE ARAUJO (OAB/SP 421.346) / GABRIELA LA ASSUAIR (OAB/SP 421.033) ASSUNTO: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EXERCÍCIO: 2014 INSTRUÇÃO POR: UR-03 Evento 28. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho.

Publicuse-se.

PROCESSO: TC-010646.989.21-0 INTERESSADOS: DIRETORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA GRANDE SÃO PAULO DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRADOS SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DIRETORA: MARCELA RIBEIRO RODELLA SOARES ASSUNTO: CONTROLE DE PRAZOS DAS RESOLUÇÕES E INSTRUÇÕES - ATENDIMENTO INCOMPLETO À REQUISICIONAMENTO DE DOCUMENTOS DA FISCALIZAÇÃO E NÃO ENCAMINHAMENTO DE DADOS ATRÁVES DO SISCAAEW, NO PERÍODO DE JANEIRO A ABRIL EXERCÍCIO: 2021 INSTRUÇÃO POR: DF-07 Diante da comunicação da 7ª Diretoria de Fiscalização, evento nº 10, que o órgão epígrafado não deu total cumprimento às orientações contidas nas Resoluções e Instruções desta Corte, fixo aos interessados o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para suas remessas, se ainda não efetuadas. Alerto que o não atendimento sujeita a interessada à multa prevista no inciso II, do artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Publicuse-se.

PROCESSO: TC-021661.989.18-6 INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO JOSÉ DE BARRA BONITA ADVOGADA: SILVIA FERNANDES POLETO BOLLA - OAB/SP Nº 131.977 (EVENTO Nº 52.2) ASSUNTO: PEDIDOS DE VISTA E DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS (EVENTO Nº 52.1) PROCESSO: TC-005638.989.21-0 INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO JOSÉ DE BARRA BONITA ADVOGADA: SILVIA FERNANDES POLETO BOLLA - OAB/SP Nº 131.977 (EVENTO Nº 37.2) ASSUNTO: PEDIDOS DE VISTA E DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS (EVENTO Nº 37.1) PROCESSO PRINCIPAL: TC-021661.989.18-6 Devidamente habilitado nos autos, a interessada está autorizada a vista requerida. Com referência ao pedido de prazo, observando que os autos não se encontram na fase recursal, concedo 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para que a interessada apresente os documentos e os esclarecimentos que entender necessários para o atendimento do despacho constante dos eventos n.ºs 33 (TC-021661.989.18-6) e 16 (TC-005638.989.21-0) publicado no DOE de 13/4/21.

Publicuse-se.

PROCESSO: 00011455.989.21-0 REPRESENTANTE: MARIA IDALINA TAMAASSIA BETONI (OAB/SP 264.559) REPRESENTADA(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre petição formulada em face do edital do Pregão Eletrônico nº 017/2021, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Jahu objetivando a contratação de empresa/cooperativa do ramo médico para prestação de serviços médicos junto a rede municipal de saúde, conforme descrito no Anexo I. Maria Idalina Tamaassia Betoni apresenta petição com o propósito de impugnar o edital do Pregão Eletrônico nº 017/2021, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Jahu objetivando a contratação de empresa/cooperativa do ramo médico para prestação de serviços médicos junto à rede municipal de saúde, conforme descrito no Anexo I. A Representante, em síntese, volta-se contra a ausência de vedação expressa no edital à participação de associações na disputa, bem como se opõe à permissão à participação de cooperativas, tendo em vista a incompatibilidade de tais entidades com as características de subordinação da prestação do serviço pretendido. Pede a concessão de liminar com o intuito de proibir a participação de entidades sem fins lucrativos no certame, bem como a confirmação de tal entendimento por meio do julgamento pela procedência de sua reclamação, com determinação da nulidade do pregão caso haja participação dessas interessadas. Consoante instrumento convocatório anexo à vestibular, os envelopes serão recebidos até às 8h29 do dia 24/5/21. Passo a análise do quanto impugnado. Esta E. Corte tem reiteradamente se orientado no sentido da inadequação da contratação de cooperativas e entidades sem fins lucrativos em licitações para contratação de serviços médicos, tanto pelas características de subordinação do serviço, como por conta da condição não isonômica entre as diferentes prestadoras, como é exemplo o decidido em sede de Exame Prévio de Edital, também postulado pela ora Representante, no TC-009498.989.21-9 (Sessão Plenária de 5/5/21). Assim, mesmo sem exaurir os argumentos levantados na exordial, sustenta-se o acolhimento do pedido de paralisação do procedimento para análise sob o rito sumariíssimo, com o intuito de se evitar prejuízo não só a direitos subjetivos como também ao interesse público. Nesse contexto, DEFIRO medida liminar à representante Maria Idalina Tamaassia Betoni, mandando que a Prefeitura Municipal de Jahu suspenda o andamento do Pregão Eletrônico nº 017/2021, bem como determinando o processamento da inicial sob o rito do Exame Prévio de Edital. Assim sendo, assino à Autoridade Responsável o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que tome conhecimento da representação e do conteúdo desta liminar, encaminhando informações e documentos, bem como cópia do instrumento convocatório impugnado, para esclarecimento de todas as controvérsias apresentadas. Por último, reitro aos responsáveis legais a necessidade de que se abstendam da prática de quaisquer atos até ulterior deliberação desta E. Corte sobre o mérito da matéria, devendo eventual anulação ou revogação do certame ser informada no processo com a juntada da respectiva publicação no DOE.

Publicuse-se.

## DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PROCESSO(S): TC-016562.989.20-2

CONTRATANTE: COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - CGCS - SECRETARIA DA SAÚDE ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO SOCRES GUAINEAS - ISG

GERENCIADA: HOSPITAL REGIONAL JORGE ROSSMANN DE ITANAHEM - ISG

INTERESSADO(A): DAVID EVERSON UPI, JOSE HENRIQUE GERMAN FERREIRA, DANILU CESAR FIORE

ASSUNTO: Prestação Contas 2019.

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-20

PROCESSO PRINCIPAL: 10268.989.17-5

Vistos.

Notifico os interessados, na forma do artigo 29 da Lei Complementar Estadual 709/93, para que se manifestem, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sobre as possíveis irregularidades apontadas pela Fiscalização, trazendo aos autos as justificativas e documentos que entenderem pertinentes.

Após retorno ao Gabinete, com prévia passagem por PFE e MPC.

Publicuse-se.

PROCESSO:001498.989.20-1

CONTRATANTE:COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - CGCS - SECRETARIA DA SAÚDE (CNPJ 46.374.500/156-20)

ORGANIZ. SOCIAL: SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECONCI-SP (CNPJ 61.687.356/0001-30)

GERENCIADO(A): HOSPITAL GERAL DE ITAPERICIPA DA SERRA - SECONCI-SP (CNPJ 61.687.356/0001-54)

INTERESSADO(A): JOSE HENRIQUE GERMAN FERREIRA (CPF 672.438.518-00)

HARUO ISHIKAWA (CPF 686.238.938-49)

JEAN CARLO GORINCHTEY (CPF 111.746.368-07)

ASSUNTO: Termo de Encerramento nº 720, de 16/12/2019, referente ao Contrato de Gestão nº 001.050.000.036/2016.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: DF-10

PROCESSO PRINCIPAL: 000210.989.17-4

PROCESSO:016462.989.20-3

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: WELLITON ALVES DE MELO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.foe.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-4UEN-58GO-6WVH-5T51